

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## A EDUCAÇÃO SUPERIOR FINANCEIRIZADA E A LÓGICA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

CORDEIRO, Tarcísio da Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo expor e analisar sobre o conceito do modelo de Gestão da Governança Corporativa, o qual está presente nas empresas educacionais que ofertam suas ações no mercado da bolsa de valores. Para construção do presente texto realizamos o levantamento bibliográfico com autores que tratam da temática, bem como o levantamento documental em sites oficiais do governo brasileiro, que legitimam o modelo da GC nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas com fins lucrativos. Em nosso estudo buscamos discutir e analisar a lógica do modelo da GC presente na educação superior brasileira. De acordo com a pesquisa, o modelo da GC se apresenta nas empresas financeirizadas como forma de salvaguardar a maximização do valor acionário da empresa principal ( *Holding*), bem como assegurar os volumosos lucros de seus sócio e acionistas.

**Palavras-chave:** Governança Corporativa. Financeirização. Educação Superior.

### ABSTRACT

This article aims to expose and analyze the concept of the Corporate Governance Management model, which is present in educational companies that offer their shares on the stock exchange market. For the construction of the present text, we carried out a bibliographical survey with authors who deal with the subject through the Bank of Theses and Dissertations of Capes in the period from 2014 to 2023, as well as the documentary survey on official websites of the Brazilian government, which legitimize the KM model in private for-profit Higher Education Institutions (HEIs). In our study, we sought to discuss and analyze the logic of the KM model present in Brazilian higher education. According to the research, the KM model appears in financialized companies as a way of safeguarding the maximization of the shareholder value of the main company ( *Holding*), as well as ensuring the voluminous profits of its partners and shareholders.

**Keywords:** Corporate governance. Financialization. College Education.

<sup>1</sup> Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará; Doutorando em Educação; [tarcisiorcordeiro39@gmail.com](mailto:tarcisiorcordeiro39@gmail.com).

PROMOÇÃO



APOIO



## 1 INTRODUÇÃO

A Governança Corporativa se constrói na educação superior brasileira a partir da preparação das empresas educacionais para a sua entrada na bolsa de valores e consequente Oferta Pública de Inicial - IPO (em inglês “*initial public offering- IPO*”) de ações, no sentido de atrair investidores para alavancar sua expansão no mercado educacional.

O presente artigo tem por objetivo expor e analisar sobre o conceito do modelo de Gestão da Governança Corporativa (GC), o qual está presente nas empresas educacionais que ofertam suas ações no mercado da bolsa de valores.

Para construção do presente texto realizamos o levantamento bibliográfico com autores que tratam da temática, bem como o levantamento documental com o ordenamento jurídico normativo, em sites oficiais do governo brasileiro, os quais legitimam o modelo da GC nas Instituições de Ensino Superior (IES) privado-mercantil brasileiras (SGUISSARDI, 2008) nas últimas décadas.

Buscamos discutir e analisar a lógica do modelo da GC presente na educação superior brasileira com finalidades lucrativas com a utilização de autores do campo crítico e tentamos fazer aproximações ao método do Materialismo Histórico e Dialético, buscando as contradições oriundas da totalidade do objeto a ser investigado, para tanto, além dessa introdução, estruturamos o trabalho da seguinte forma: *O modelo de gestão da governança corporativa das empresas privado-mercantis; Os mecanismos Jurídicos Normativos para Educação Superior privado-mercantil no Brasil e Conclusão.*

## 2 O MODELO DE GESTÃO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS EMPRESAS PRIVADO-MERCANTIS

O modelo de administração que veio se substituir ao modelo burocrático racional de gestão das empresas, no nosso caso as educacionais, foi o modelo da

governança corporativa (GC), uma vez que a forma burocrática de administrar as empresas já não satisfazia às novas exigências presente na economia mundializada, as quais hoje são operacionalizadas na esfera financeira, por meio do mercado da bolsa, no Brasil a Bolsa Brasil Balcão – B3.

Anteriormente, a governança era identificada como governo ou, no máximo, como arquitetura dos sistemas de governos, porém a

Governança, com caráter próprio e específico, surge em meados dos anos 1980, quando organizações como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional passam a utilizar a expressão “boa governança” para designar um conjunto de princípios que deviam guiar o trabalho e as ações dos países aos quais eram destinados financiamentos. Nos primeiros anos que se seguem a essa proposição, a governança é marcada por uma conotação liberal. **Promover o desenvolvimento estava associado necessariamente à responsabilidade dos governos em respeitar leis que permitissem o livre funcionamento do mercado, garantindo a propriedade privada e a segurança dos investimentos.** Boa governança proporcionaria transações efetivas nos mercados e, como consequência, favoreceria o crescimento econômico e a redução da pobreza. (GONÇALVES, 2011, p. 40. Grifos nossos).

Segundo o excerto acima, a governança foi construída pelos organismos internacionais, de modo a nortear os princípios que os países signatários dos acordos internacionais (países tomadores de empréstimos dos donos do capital internacional) deveriam seguir, no sentido de se adequarem à nova dinâmica mundial, com “a aplicação de um programa de ajuste estrutural único” (SILVA, 2005, p. 256), ou seja, com a efetivação de reformas nos Estados nacionais que viessem a favorecer *Homens de negócios* por meio do desenvolvimento econômico.

A governança se constrói como indicação política para os países capitalistas, a partir dos anos de 1980, sobretudo para os países periféricos, com assinatura de acordos internacionais (como o que ocorreu em Washington/EUA, em 1989: o Consenso de Washington<sup>2</sup>). Após a assinatura dos acordos, os países signatários

<sup>2</sup> “Em novembro de 1989, os governos conservadores, diretores executivos e representantes das instituições financeiras internacionais, ministros da Fazenda, presidentes de bancos centrais e representantes dos governos das economias em desenvolvimento reuniram-se em Washington, a fim de procederem a uma avaliação da economia dos países tomadores de empréstimos, que apresentavam resultados insuficientes segundo lógica de acumulação de capitais. E, para fundamentar

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



deveriam realizar reformas estruturais e seguir as prescrições dos organismos internacionais (OI), como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial (BM), entre outros.

De acordo com a OCDE, no documento publicado em 2006, o organismo internacional:

Tem trabalhado ativamente para promover a boa governança corporativa desde a primeira adoção dos Princípios de Governança Corporativa em 1999, reconhecendo sua importância contribuindo para a estabilidade financeira, o investimento e o crescimento econômico. Após a sua adoção, eles se tornaram referência internacional para os formuladores de políticas, investidores, corporações e outras partes interessadas em todo o mundo. A OCDE em cooperação com o Grupo Banco Mundial empreendeu um extenso programa para aumentar a conscientização e compreensão dos Princípios e incentivar o uso que envolveu mais de 80 países (OCDE e não OCDE) em todo o mundo. (OCDE, 2006, p. 2. Tradução nossa).

Com a análise do fragmento acima, podemos perceber, que esse organismo multilateral juntamente com o Banco Mundial promoveram os princípios norteadores da “boa governança”, em mais de 80 países, por intermédio da criação e execução de um programa com o objetivo de conscientizar e fomentar compreensão de tais princípios nesses Estados-nação.

Nessa conjuntura, o documento *Governance and Development*, apresenta (Des) orientações com as quais o BM defende o modelo da boa governança no setor da educação, com princípios que fazem parte da governança corporativa para as empresas privadas listadas na Bolsa de Valores, entre os quais estão inclusos: o princípio da eficiência, da estrutura legal, da *accountability* (prestação de contas) e da transparência (GUIMARÃES-IOSIF; SANTOS, 2012).

Nesse sentido, segundo o IBGC:

suas convicções, contaram com a publicação da obra *Rumo à Retomada do Crescimento Econômico na América Latina* (1986), de Bela Balassa, pelo Instituto de Economia Internacional, essencial na definição dos rumos da economia nos anos seguintes. Durante a reunião, os integrantes afirmaram a necessidade de reformas estruturais, de aplicação de um plano de estabilização econômica, e ratificaram a proposta neoliberal como condição para conceder novos empréstimos aos países periféricos”. (SILVA, 2005, p. 256).

#### PROMOÇÃO



#### APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas. (IBGC, 2020, [online]).

Como podemos perceber, para o IBGC o termo governança corporativa, se refere aos meios internos de controle e operação das organizações, os quais se construíram a partir da expressão “boa governança”, criada pelos Organismos Internacionais que construíram consenso nos países da periferia do capital sobre o conceito, o qual se refere a um conjunto de princípios norteadores dos trabalhos e ações dos países signatários de acordos internacionais referentes à liberalização dos empréstimos junto aos países ricos e desenvolvidos. (GONÇALVES, 2011).

Esses princípios ideologicamente estavam ligados ao “fomento do desenvolvimento” dos países tomadores de empréstimos, os quais tinham a responsabilidade de garantir a propriedade privada e assegurar os investimentos financeiros. (GONÇALVES, 2011).

Tais princípios deveriam, portanto, ser compatíveis com as leis que garantiram o livre funcionamento do mercado em prol do aquecimento da economia e, segundo essa ideologia, também promover a redução da pobreza nos países que implementaram os princípios apresentados pela Organização Internacional - OI (GONÇALVES, 2011).

Desta maneira, os princípios deveriam “envolver tanto os indivíduos, quanto as instituições públicas e privadas” (GARCEZ; FREITAS, 2015, p. 224) para solucionar os problemas comuns dos países pobres, signatários dos acordos internacionais.

Apesar disso, segundo Gonçalves (2011), esses princípios tiveram que assumir novos contornos com o enfrentamento e pressão dos movimentos sociais organizados na década de 1990 para garantir o compromisso com a sustentabilidade e maior participação e implementação em programas e políticas sociais, que inclui a educação. Segundo Garcez e Freitas (2015, p. 224).

A governança fortalece a participação ampliada de outros atores, e não somente dos Estados, ou seja, de atores que não pertencem as estruturas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

clássicas dos Estados. Demonstrando, assim, a importância e a necessidade da gestão dos problemas entre todos os envolvidos, bem como da cooperação na busca pelas soluções que atendam aos interesses das pessoas e das instituições (sejam públicas ou privadas).

Vários sujeitos da sociedade civil (sociedade dos direitos sociais e sociedade do capital), para tentar solucionar os problemas observados na área da educação, participaram da formulação de políticas voltadas para setor educacional.

Para esse objetivo, os estados nacionais, como o caso do Brasil, tiveram que criar legislações que permitissem a expansão do ensino superior em seu território, e com essas e outras “diversas medidas econômicas, iniciam-se as reformas na educação e a convergência do Brasil na nova governança educacional na década de 1990.” (STELZENBERGER; GONÇALVES, 2019, p. 12).

Portanto, a partir dos anos 1990 há no Brasil a produção do arcabouço jurídico normativo que favoreceu a expansão da educação superior privada com finalidades lucrativas, como mostraremos na próxima seção.

## 2 MECANISMOS JURÍDICOS NORMATIVOS PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADO-MERCANTIL NO BRASIL

No Brasil, a partir da década de 1990 houve a elaboração de mecanismos legais para a expansão da educação, em nosso caso a educação superior (sobretudo a educação privado-mercantil), a exemplo da Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, de 1996, que libera o ensino à iniciativa privada (Art. 7º), com o ensino superior ministrado em IES privadas com fins lucrativos e com variados graus de abrangência ou especialização (Art. 45). (BRASIL, 1996).

Seguindo essa lógica de expansão da iniciativa privada, o Decreto nº 2.207/1997 regulamentou o sistema federal de ensino, o que permitiu às instituições privadas de ensino superior alterar sua natureza jurídica, as quais poderiam deixar de ser sem fins lucrativos, para passarem a ser rentáveis, entre outras leis, decretos e emendas à constituição que orientou a política educacional do país nas últimas décadas.

Secundo o Decreto Nº 2.207/1997:

PROMOÇÃO



APOIO



Art. 1º. [...]

Parágrafo único. As atuais mantenedoras das instituições privadas de ensino superior à que se refere este artigo que desejarem alterar sua natureza jurídica, observado o disposto no parágrafo único do art. 1º deste Decreto, revestindo umas das formas estabelecidas nas leis comerciais, poderão fazê-lo no prazo de 120 dias, a contar da data de publicação, deste Decreto, submetendo a correspondente alteração estatutária, devidamente averbada pelos órgãos competentes, ao Ministério da Educação e do Desporto, para fins de credenciamento, ouvido o Conselho Nacional de Educação. (BRASIL, 1997, p. 1. Grifos nosso).

Como podemos perceber com base no fragmento acima, de acordo com lei citada, as empresas educacionais do ensino superior que pretendessem alterar a sua natureza jurídica, disporiam de quatro meses a contar da publicação do documento para proceder à alteração.

Segundo Sousa (2018), este dispositivo posterior à LDB 9.394/96, o Decreto 2.207/1997, possibilitou entender melhor, do ponto de vista legal, a predominância da expansão das IES com fins lucrativos em um período de tão pouco tempo, pois, esse incentivo, juntamente com “a maioria das inovações trazidas ao tempo da segunda metade da década de 1990 se mantiveram com o passar do tempo, por meio de mecanismos legais que pouco se diferenciam dos anteriores.” (SOUSA, 2018, p. 38).

Tais alterações no arcabouço legal da educação adequaram o Brasil ao sistema de governança educacional global, presente no projeto da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico<sup>3</sup> (OCDE), o qual foi desenvolvido para a educação e arquitetado na perspectiva educacional planetária, como forma de atendimento aos ditames econômicos-ideológico neoliberais. (RODRIGUES; FERNANDES, 2017).

Essas diretrizes da OCDE pregam o discurso do modelo gerencial (que se contrapõe ao modelo burocrático racional de gestão, pensado por Weber) de

<sup>3</sup> A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, com sede em Paris, França, é uma organização internacional composta por 35 países membros, que reúne as economias mais avançadas do mundo, bem como alguns países emergentes como a Coreia do Sul, o Chile, o México e a Turquia. A Organização foi fundada em 14 de dezembro de 1961, sucedendo a Organização para a Cooperação Econômica Europeia, criada em 16 de abril de 1948. Desde 1º de junho de 2006, seu Secretário-Geral é o mexicano José Ángel Gurría Treviño. (BRASIL. MF, [on-line]. Acesso: 22 maio 2019).

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

educação, em detrimento de um modelo que considere direitos sociais (Bem-estar Social), uma vez que possuem perspectivas distintas: uma, com a educação a serviço do mercado, e outra, a serviço dos direitos sociais (DIAS SOBRINHO, 2004).

Segundo Stelzenberger e Gonçalves (2019), o Brasil começou a seguir essa lógica econômica internacional na década de 1990 com a privatização dos serviços públicos. Com esse modelo, o ensino superior passa a ter programas de avaliação institucional para justificar um quase-mercado em relação ao setor privado de ensino, sob o argumento de que o empobrecimento do modelo do estado de bem-estar não comporta mais novas fases de desenvolvimento do capitalismo e a decorrente estrutura política, jurídica e administrativa desses requisitos.

Seguindo a tendência de contrarreforma burguesa implantada pelos governos de Margareth Thatcher (Primeira Ministra da Inglaterra, no período de 1979 a 1990) e Ronald Reagan (Presidente dos EUA, no período de 1981 a 1989), construiu-se, então, a estratégia neoliberal de uma nova gestão pública (*New Public Management*) (SOUZA, 2019). Desta forma,

A “Nova Gestão Pública” institui-se como um movimento político e ideológico que se propõe a ir além do serviço burocratizado, pautado na mera execução de tarefas, segundo normas e procedimentos rígidos. A pretexto de aumentar a qualidade do serviço público, a finalidade deste movimento é estabelecer um conjunto de procedimentos mais flexíveis e menos normatizados, orientados por dados mais precisos sobre os resultados alcançados. (SOUZA, 2019, p. 23).

Com o advento dessa nova gestão pública (SOUZA, 2019), que iria além do serviço burocrático do Estado, também desempenharia as exigências orientadas pelos organismos multilaterais que demarcavam a atuação dos países hegemônicos do capital e dos periféricos (STELZENBERGER; GONÇALVES, 2019), como forma de criação de uma agenda internacional de viés neoliberal (SOUZA, 2019).

Essa agenda sustentava uma avaliação educacional que tinha o intuito de “corrigir distorções, consolidar ações e apontar caminhos” (STELZENBERGER; GONÇALVES, 2019, p.4), para que os Estados nacionais focalizassem suas ações nos resultados de seus diferentes níveis de ensino, de modo a se tornar regulador e avaliador das políticas educativas, com monitoramento e avaliação dos resultados

PROMOÇÃO



APOIO



esperados (CAMINI, 2011; CABRAL NETO; CASTRO, 2007; STELZENBERGER; GONÇALVES, 2019).

Nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), como forma de se adequar às regras do mercado globalizado, haveria a necessidade da realização de reformas nas universidades, as quais teriam como foco a eficiência, prestação de contas (*accountabilty*), acreditação, competitividade internacional e privatização. Segundo STELZENBERGER e GONÇALVES (2019, p. 12),

Frente a este panorama infere-se que as políticas educativas brasileiras encontram-se assente nas configurações da agenda global educativa, tais como outros países, e que elas convergem para as diretrizes emanadas e colimadas pelos órgãos supranacionais que ditam as regras destas políticas, embora sejam reconfiguradas no espaço local.

Analisando o excerto acima, percebemos que as políticas educacionais, no Brasil e nos demais países signatários, deveriam se ancoram na agenda global para a educação, as quais seguem as diretrizes dos organismos internacionais como a OCDE, Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Nessa conjuntura, se constrói no setor educacional superior privado com finalidades lucrativas, a necessidade de adequação ao novo cenário político-econômico global, o qual exigiu que as empresas educacionais privado-mercantis se preparassem para a adentrar no mercado da bolsa de valores, mercado financeirizado, modificando assim o seu modelo de gestão burocrático-familiar para o modelo presente nas empresas financeirizadas, a Governança Corporativa (GC).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), a GC é “o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas” (IBGC, 2015, p. 20).

Segundo o Instituto,

As boas práticas de governança corporativa convertem princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de

#### PROMOÇÃO



#### APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum. (IBGC, 2023, [ON-LINE])

Dessa forma, a GC traria a melhoria das relações entre os sócios-proprietários e sócios-acionistas das empresas. Nesse sentido, a boa governança da empresa seria no sentido da efetivação de seus objetivos e princípios, como forma de melhoria dos seus meios e processos, com o intuito do aumento da valoração das ações da organização, dando maior confiança e garantias para seus investidores e perenidade da companhia e qualidade de sua gestão. (IBGC, 2020).

Com o cumprimento dos requisitos inerentes à governança, o empresariado espera, em linhas gerais, aperfeiçoar os instrumentos de gestão. Essa otimização busca não apenas melhorar o relacionamento entre gestores e *stakeholders*, ou entre a empresa e os *shareholders*, mas também busca aumentar a eficiência da empresa. Busca atrair investidores a um custo mais baixo, conferindo maior credibilidade ao nome da empresa. (MURTA; GRANDINETTI, 2014).

Como podemos perceber a GC na empresa além de se propor sanar aos problemas entre seus executivos, também busca trazer a longevidade para a corporação, com políticas de retenção de custos atraentes aos seus investidores.

De acordo com Murta e Grandinetti (2014, p. 427),

O conceito de 'governança' é muito mais amplo do que o de 'governo', abrangendo mecanismos não governamentais e mecanismos informais para modelar a conduta das empresas no mercado, satisfazendo seus valores morais e atingindo a função social almejada.

Como podemos perceber no excerto acima, a GC é muito mais que gestão de problemas na empresa (governo/administração da corporação), ela é também a gestão da subjetividade, ou seja, ela busca criar um modelo de conduta da sociedade perante o mercado, em cumprimento aos seus valores e princípios, bem como seu posicionamento social, de maneira conveniente aos seus interesses econômicos, em outras palavras, com a GC a empresa consegue obter a eficácia dos resultados sem se utilizar da coerção de forma visível.

Nesse sentido,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



A governança corporativa especifica como são distribuídos direitos e responsabilidades entre os diferentes participantes da organização. Mais do que isso, ela estabelece os caminhos pelos quais os supridores de capital das corporações são assegurados do retorno de seus investimentos. (TAVARES; PENEDO, 2018, p. 42).

Como podemos perceber, com a exigência dos princípios de *transparência*, *equidade*, *prestação de contas (accountability)* e *responsabilidade corporativa* (IBGC, 2015), há a especificação dos direitos e responsabilidades de todas as partes interessadas da organização (*Stakeholders*), os quais cumprirão aos requisitos necessários para valoração das ações da empresa e, conseqüente garantia das formas de salvaguardar os direitos dos sócios e acionistas da companhia.

Segundo Guimarães-Iosif e Santos (2012, p. 101),

[...], a educação superior em processo de crescimento nunca visto no Brasil e no mundo, passa por reformulações em sua legislação, política, gestão e prática educativa, que a aproximam cada vez mais dos princípios mercadológicos impostos pelos novos agentes e financiadores da educação.

Como podemos perceber, as empresas educacionais por meio da lógica mercadológica oriunda do modelo de gestão da governança corporativa, a abertura partir da sua abertura de capital na Bolsa de Valores, no caso brasileiro na BM&FBovespa, adquirem recursos via sistema financeiro por meio da venda de ações, assumem o risco das oscilações do mercado financeirizado, com as altas e baixas do valor de seus papéis, com maior benefício para

Os «investidores institucionais», isto é, as sociedades financeiras especializadas na centralização do dinheiro e a sua rendibilização sob a forma de aplicações em empréstimos ou em títulos - grandes bancos, fundos de pensões, fundos de investimento de alto rendimento e alto risco (os Hedge Funds), companhias de seguros - e os mercados financeiros onde se efetua a compra e venda de títulos que proporcionam juros, dividendos ou mais-valias resultantes de especulações bem-sucedidas. (CHESNAIS, 2012, p. 38).

Percebemos que no jogo do mercado financeiro, a supremacia dos interesses dos acionistas e presidentes da empresa fala mais alto do que os interesses dos alunos e trabalhadores da IES, os quais são prejudicados com a queda do preço das ações das empresas educacionais na bolsa (HERZOG, 2014), pois a reestruturação

PROMOÇÃO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



a serviço da manutenção dos lucros prevê corte no número de funcionários e aumento da intensificação do trabalho docente nas IES (SEBIM, 2014), bem como o aumento do valor das mensalidades e dos juros embutidos nelas.

Portanto, o modelo da GC corporativa, legitimado no Brasil por meio do arcabouço jurídico normativo construído a partir da década de 1990, se materializa nas empresas educacionais privadas com finalidades lucrativas no sentido de assegurar a maximização do valor acionário das empresas e de quebras garantir os volumosos ganhos financeiros dos sócios e acionistas dessas organizações.

### 3 CONCLUSÃO

Como discutido no texto, podemos perceber que a efetivação do modelo de governança corporativa nas empresas educacionais, tem por objetivo as mudanças nos meios e processos dentro das IES, no sentido de se ter maior controle, transparência, redução de custos, etc. (assegurado por meio das legislações construídas a partir de 1990), tudo a serviço dos interesses dos donos e acionistas, em detrimento aos demais sujeitos da instituição, para a expansão e manutenção de suas margens de lucro.

Entender o processo de expansão da educação superior privada com fins lucrativos, em especial das empresas presentes no mercado financeiro e, a forma de gestão institucional adotada em IES adquiridas por tais grupos educacionais é de extrema importância para a defesa da educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, pois, entender o seu movimento lógico e concreto nos dará subsídios para a superação da realidade que está posta na educação brasileira. (LEFEBVRE, 1995).

Por isso, é de suma importância investigar o sistema de governança dos grupos educacionais, de forma a compreender como eles se construíram no cenário brasileiro e como a governança corporativa implica diretamente no processo da

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



educação superior, na oferta de cursos, na formação dos estudantes, no trabalho docente e demais profissionais envolvidos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997.** Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas nos arts. 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. [1997]. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2207impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2207impressao.htm). Acesso em: 26 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). [1996]. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bas\\_es\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bas_es_1ed.pdf). Acesso em: 26 fev. 2023.

CABRAL NETO, Antonio; CASTRO, Alda Maria D. A. Gestão educacional na América Latina. Delineamentos e desafios para o sistema de ensino. *In*: EYNG, Ana Maria; GISI, Maria Lourdes. **Políticas e gestão da educação superior: desafios e perspectivas.** Ijuí: Unijuí, 2007, p.15-47.

CAMINI, Lucia. PDE/Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação: estratégias de participação e gestão na fase de formulação e implantação. *In*: PERONI, Vera; ROSSI, A (Org.). **Políticas educacionais em tempos de redefinições no papel do Estado:** implicações para a democratização da educação. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, Ed. UFPEL, 2011, p. 159-192.

CHESNAIS, François. **As dívidas ilegítimas:** quando os bancos fazem mão baixa nas políticas públicas. Tradução: Artur Lopes Cardoso. Lisboa: Temas e Debates, 2012.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 703-725, Especial - Out. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a04v2588.pdf>. Acesso em: 14 maio 2023.

GARCEZ, Gabriela Soldano; FREITAS, Gilberto Passos de. Governança, globalização e atores não estatais: uma análise sob a perspectiva do Direito Internacional. **Scientia Iuris**, Londrina, v.19, n.2, p.223-240, dez.2015 | DOI: 10.5433/2178-8189.2015v19n2p223. [2015]. Disponível em:

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris/article/download/20462/17474>. Acesso em: 12 jun. 2023.

GONÇALVES, Alcindo. Regimes internacionais como ações da governança global. *Meridiano 47 - Journal of Global Studies*. Brasília, v. 12, n. 125, p.40-45, maio-jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4296>. Acesso em: 26 mai. 2023.

GUIMARÃES-IOSIFE, Ranilce; SANTOS, Aline Veiga dos. A governança contemporânea na educação superior brasileira: atores, disputas e desafios. In: GUIMARÃES-IOSIFE, Ranilce (Org.). **Política e governança educacional: contradições e desafios na promoção da cidadania**. Brasília, DF: Liber Livro: Universa, 2012, Cap. 5.

HERZOG, Ana Luiza. “Deem menos poder a acionistas”, diz professora de Cornell.” [Entrevista concedida por Lynn Stout a Ana Luiza Herzog]. **Revista EXAME**. São Paulo, 25 jul. 2014. Disponível em: <https://shre.ink/IDV1> Acesso em: 14 abr. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 5.ed. São Paulo: IBGC, 2015. 108p. Disponível em: <https://shre.ink/IDVn> Acesso em: 23 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Origens da governança corporativa**. [2020]. *On-line*. Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa> Acesso em: 22 ago. 2019.

KATO, Fabíola Bouth Grello; CHAVES, Vera Lúcia Jacob; MEGUINS, Rosimê da Conceição. **O Modelo de Governança Corporativa na Educação Superior e as Repercussões no Trabalho Docente: Um Estudo de Caso**. Disponível em: <https://shre.ink/IDVw> Acesso em: 14 de abr. de 2023.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal / Lógica dialética / Henri Lefebvre*; tradução de Carlos Nelson Coutinho. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. 312p.

MURTA, Antônio Carlos Diniz; GRANDINETTI, Luciana Lima. Governança corporativa, um (possível) conceito geral. In: DARCANCHY, Mara Vidigal; CONPEDI; UNINOVE. (Org.). **Direito empresarial**. 1ed. Florianópolis: FUNJAB, 2014, v. 1, p. 414-432. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=ccd2d123f4ec4d77>. Acesso em: 21 jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Governança corporativa (*Corporate Governance*). In: \_\_\_\_\_. **Policy**

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

**Framework for Investment: a Review of Good Practices.** Paris (FR): OECD Publishing, 2006. Chapter 6, p.125-147. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/inv/investment-policy/40287385.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2023.

RODRIGUES, Carlos Eduardo S. de L.; FERNANDES, Claudia de O. Governança educacional global e a gênese dos testes das habilidades socioemocionais. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 28, n. 67, p. 214-235, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://shre.ink/IDVW> Acesso em: 26 mai. 2023.

SGUISSARDI, Valdemar. **Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/9QPgLZg9NZdCt7vVwBCCyqj/?format=pdf&lang=ptv> Acesso em: 13 de mai. de 2023.

SILVA, Maria Abádia da. O Consenso de Washington e a privatização na educação brasileira. **Linhas Críticas**. Brasília, v. 11, n. 21, p. 255-264, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1935/193517360006.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2023.

SOUSA, José Augusto Ewerton de. **Financeirização da Educação Superior privado-mercantil e sua (não) legalidade.** 2018. 110 f. (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED), Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará. Belém, 2018. Disponível em: <http://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/joseaugusto.pdf>. Acesso em: 20 mai.2023.

SOUZA, José dos Santos. Crise orgânica do capital, recomposição burguesa e intensificação da precariedade do trabalho docente: fundamentos sócio-históricos da (des)configuração do trabalho docente. In: SILVA JÚNIOR, João dos Reis da, et al. **Das crises do capital às crises da educação superior no Brasil - novos e renovados desafios em perspectiva.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

STELZENBERGER, Liliane; GONÇALVES, Margarida. A convergência do Brasil na agenda global das políticas de avaliação educacional. In: Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 11. Guarda (PT). 2011. **Anais**. Porto (PT): XI SPCE, 2011, p.40. Disponível em: <https://shre.ink/IDcg> Acesso em: 11 mai. 2023.

TAVARES, Vitor Borges; PENEDO, Antônio Sérgio Torres. Níveis de governança corporativa da B3: interesse e desempenho das empresas – uma análise por meio de redes neurais artificiais. **Revista de Contabilidade, Gestão e Governança** [Online]. Brasília, v.21, n.1, p.40-62, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/1260/pdf>. Acesso em: 21 mai. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO